

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Apesar da necessidade urgente da entrada de trabalhadores para a Manutenção do Metropolitano, apesar dos pedidos públicos e insistentes da própria Administração do Metropolitano de mais 22 trabalhadores para a Manutenção do Metropolitano, apesar dos compromissos públicos de que pelo menos dez entrariam durante o ano de 2017, apesar do inferno para os utentes que está a implicar a paralisação de mais de 30 comboios, apesar de tudo isto, o Governo continua sem autorizar a entrada de trabalhadores para a Manutenção do Metropolitano.

Apesar dos compromissos públicos do Governo, reafirmados pelo próprio Primeiro-Ministro em diversas ocasiões, de que este Governo apostava no combate à precariedade e na promoção do trabalho com direitos, o Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Ambiente assumiu, em reunião com as ORT, que os trabalhadores que o Governo não autoriza serem contratados irão ser subcontratados a um prestador de serviços.

Esta decisão surge num momento em que o Orçamento de Estado para 2018 já desbloqueou a possibilidade de contratação de trabalhadores para as empresas públicas de transporte, o que a torna ainda mais estranha.

Naturalmente os trabalhadores do Metropolitano já assumiram que vão defender com a sua luta as promessas que o Governo não foi capaz de cumprir. E têm razão, pois as empresas quando começam a subcontratar entram num processo - a que já se assistiu em diversos sectores - que termina na degradação das condições de trabalho, no aumento da exploração de quem trabalha para engordar meia dúzia de intermediários e as multinacionais.

Os trabalhadores não esqueceram que o plano até 2015 era a entrega da manutenção do Metropolitano à Siemens numa operação de «*lease back*» e que «trabalha(ra)m» por essa opção muitos dos que o Governo optou por manter à frente da Administração da Empresa.

Assim, ao abrigo da alínea d) do artigo 156.º da Constituição e nos termos e para os efeitos do artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, solicito ao Governo os seguintes esclarecimentos:

1. Por que motivos continua o Governo a impedir a contratação de trabalhadores para o Metropolitano de Lisboa?
2. Por que motivos continua o Governo a desarticular a capacidade de resposta própria do Metropolitano de Lisboa às suas necessidades de Manutenção?

Palácio de São Bento, 6 de dezembro de 2017

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)